

O arquivo e a informação como patrimônios: uma análise sobre a relevância do centro de documentação da CHESF¹.

Thiago Nunes Soares

*Professor do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
E-mail: thiagonsoares@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1724280775437182>*

Tatiana Rodrigues Moura

*Analista Documental da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).
Especializanda em Gestão da Informação pela faculdade UNYLEYA.
E-mail: tatianamoura1325@outlook.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5411136543033452>*

Resumo

Analisa como o arquivo e a informação podem ser concebidos como relevantes patrimônios, tendo como fio condutor das nossas reflexões a importância do surgimento e da atuação do Centro de Documentação (CEDOC) da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Trata-se de um órgão governamental brasileiro cuja história está diretamente associada ao desenvolvimento do país, mais especificamente da região Nordeste. Neste sentido, o CEDOC tem sido responsável por preservar, resguardar e controlar a informação e o arquivo em suas múltiplas dimensões, pois os seus acervos documentais são tidos como patrimônios relevantes para a história, memória e funcionamento institucional. Durante a pesquisa bibliográfica e de coleta de dados em campo, investigamos o trabalho organizacional desse órgão nas áreas meio e fim, ressaltando as suas atividades de atuação.

Palavras-chave: Patrimônio. História. CHESF. Arquivos.

1 INTRODUÇÃO

Uma empresa que conserva a grande massa documental produzida, para posteriormente torná-la acessível às atuais e futuras gerações. Nesse sentido, acreditamos que a informação é um conjunto de elementos selecionados pelo indivíduo.

¹Versão atualizada e ampliada do artigo oriundo da apresentação no VIII Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA), realizado em agosto de 2017 pela UEPB e UFPB.

(THIESEN, 2013, p. 240). Pois, tudo o que vemos, fazemos, inventamos, construímos, vestimos, falamos e escrevemos é informação.

Assim, segundo Porat (1997, p. 12), informação são todos os dados que são organizados e comunicados. A informação permeia toda estrutura social, seja para sua organização e funcionamento, para o aperfeiçoamento das suas instituições, para o exercício do poder e para conquista e ampliação dos direitos. Atualmente, diante das transformações econômicas, políticas e tecnológicas que vivenciamos, a informação tornou-se uma ferramenta ainda mais essencial e poderosa, em que os arquivos exercem um papel fundamental nesse processo.

Neste sentido, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, mais especificamente o artigo 1º, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, destacando que é dever do poder público a gestão documental e a de proteção a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação. (BRASIL, 2005).

E no artigo 3º, considera-se a gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou reconhecimento para guarda permanente. (BRASIL, 2005). Nesse caso, a administração de arquivos desde a sua primeira fase, facilita e agiliza o trabalho da empresa e, mais especificamente, de seus funcionários. Servindo como centro de gestão documental, o CDOC guarda e preserva a história da instituição, além de servir como um instrumento de controle à ação administrativa da empresa.

Dessa forma, apresentamos o CDOC enquanto centro documental que vem propor e executar uma política de produção, organização e preservação da massa documental nas áreas meio e fim, buscando também a preservação dos acervos históricos. Partindo desse pressuposto, a memória conserva as informações que vão sendo retidas em um processo de seleção. (THIESEN, 2013, p. 240). A memória vem sendo considerada como algo importante, pois, a partir dela, podemos reconhecer os acontecimentos passados e ainda conservar as informações consideradas relevantes para preservar nas memórias individuais e coletivas. (KRAISCH, 2007). Portanto, nesse contexto, o CDOC é detentor desta informação e memória que se propõe organizar, preservar e conservar como patrimônio institucional da CHESF.

Entende-se que a instituição é definida por um conjunto de práticas finalizadas, com normas e regras. (THIESEN, 2013, p. 109). Ou seja, são as relações de força que determinam o plano institucional. E diante desse conjunto de práticas, normas e regras que a CHESF é instituída e desenvolve-se como instituição, construindo um patrimônio nacional, ao produzir bens que resultam de experiências e memórias coletivas e individuais.

Ao concebermos o patrimônio como algo que rebemos do passado, vivenciamos no presente e transmitimos às gerações futuras, estamos reconhecendo que ele é historicamente construído e que compartilha o sentimento de pertencimento dos indivíduos e dos segmentos sociais. (PELEGRINE, 2007, p. 3). Nessa perspectiva, devido à importância de preservar a memória da CHESF como patrimônio institucional e de ressaltar a relevância do CDOC, acreditamos que é fundamental traçar, ainda que de maneira objetiva, um histórico da CHESF.

2 A HISTÓRIA DA CHESF

Essa empresa surgiu diante da importância de investimento no Rio São Francisco, sendo considerada por isso, como um instrumento de integração nacional. Assim, a CHESF construiu uma história para o país, deixando como herança um acervo patrimonial. (ANDRADE, 2005). Daí a necessidade de construir um centro de documentação capaz de facilitar o trabalho da empresa, garantindo seu bom funcionamento e preservando através de seu acervo, a história da instituição.

A CHESF é uma empresa do governo federal ligada ao sistema Eletrobrás, representando a maior rede de geração e transmissão de energia elétrica em alta tensão do país. Ela começou a funcionar em meados do século XX e sua energia é gerada a partir das águas do Rio São Francisco. (JUCÁ, 1982).

Tudo isso em um tempo que toda região Nordeste estava bastante “atrasada” em seu desenvolvimento, em comparação as demais regiões do Brasil. Embora que, em meados de 1801, o naturalista J. V. Couto chamava atenção para a potencialidade existente no Rio São Francisco no tocante à exploração de suas águas, com o objetivo de beneficiar a agricultura de suas regiões ribeirinhas. (LINS, 1973). No entanto, ao longo dos anos, vários pedidos foram efetuados para que fossem aproveitados seu potencial

hidráulico, onde Delmiro Gouveia foi pioneiro nesse desafio. “Delmiro deu a ideia, Apolônio aproveitou, Getúlio fez o decreto e Dutra realizou.” (GONZAGA, 1955).

Imagem 1: Visita do presidente Eurico Gaspar Dutra à Paulo Afonso.



Fonte: Acervo CDOC, 1951

Após a implantação da CHESF, a energia elétrica iluminou as ruas e as casas de Recife e de toda região nordestina, exceto o Estado do Maranhão, surgindo esperança, desenvolvimento e progresso para esse povo tão sofrido, quando na década de 1950 era grande o índice de analfabetismo e mortalidade infantil. Nesse sentido, a idealização e criação da CHESF veio contribuir para o crescimento econômico, político, social e cultural do país. Segundo Oliveira (1998. p.2), a CHESF não foi construída desprovida de qualquer controle operativo, pois ela traduz a capacidade de implementação de políticas públicas do Estado brasileiro em uma economia pré-industrializada, como também das reduzidas perspectivas de implantações industriais no Nordeste. Enquanto de acordo com Jucá (1982, p. 36):

[...] a CHESF é considerada um grande marco histórico para o país e principalmente para o Nordeste, suas histórias, os resgates de suas memórias precisam ser levadas mais a sério e contadas em livros, documentários e exposições, para que as gerações mais novas e futuras possam compreender que este patrimônio nacional, vale muito bilhões de reais.

Diante disso, ressaltamos a existência de um patrimônio imaterial² importantíssimo, criado em sua trajetória histórica. Patrimônio construído através da força das águas do Rio São Francisco³, onde esse empreendimento desenvolve valiosíssimo aspecto histórico, cultural, econômico e geográfico para regiões ribeirinhas e para o Nordeste como todo.

Segundo Nascimento (1998, p. 24), o surgimento da CHESF iniciou onde não existia praticamente nada, em um contexto “ressequido do sertão nordestino, graciosamente banhado pelas águas do Rio São Francisco e pela Majestosa cachoeira de Paulo Afonso, no povoado, depois distrito e hoje Município de Paulo Afonso, no Estado da Bahia”. Assim, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco foi criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945 e constituída em assembleia de acionistas realizada em 15 de março de 1948. (NASCIMENTO, 1998).

Com mais de sessenta de existência, a CHESF atende cerca de 45 milhões de nordestinos, através de um parque gerador de energia com uma capacidade instalada de quase 11 milhões de kw em suas 14 usinas hidrelétricas e 2 termelétricas. São 87 subestações e 18 quilômetros de linhas de transmissão que levam a energia da CHESF para todo Nordeste do Brasil, e através do Mercado Atacadista de Energia, a instituição

² A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. Essa definição está em consonância com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 1º de março de 2006, que define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". Enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

³ Para os indígenas, antes de ser descoberto pelos portugueses, ele era o Opará ou Pirapitinga. Mas, há 515 anos, recebeu o nome do santo protetor dos animais e do meio ambiente. Trata-se do rio São Francisco, considerado o segundo maior rio do Brasil, perdendo apenas para o Amazonas. Sua nascente fica na Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, em Minas Gerais. Do seu berço, ele percorre cerca de 2.700 quilômetros até chegar a sua foz, no município de Piaçabuçu, em Alagoas, para então desaguar no Oceano Atlântico. Também é conhecido como o rio da integração nacional, por aproximar o Sertão do Litoral e unir homens e culturas. Além de Minas Gerais e Alagoas, banha os estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe. Apelidado carinhosamente pelos sertanejos de 'Velho Chico', ele é protagonista na vida de diversos brasileiros, levando desenvolvimento, destacando a história e a vida da população ribeirinha que tira o sustento das suas águas, além da grande procura por parte dos turistas. Todo o Vale do São Francisco ocupa uma área aproximada de 620 mil km², incluindo 505 municípios e uma população de cerca de 18,2 milhões de pessoas.

vende energia Elétrica para todo território brasileiro, sendo a única empresa do setor elétrico a conseguir esse feito. (NASCIMENTO, 1998).

Idealizada pelo Engenheiro Apolônio Jorge de Farias Sales, a Companhia em seu curso construiu um grandioso legado, deixando para a sociedade fontes de pesquisas com um grande valor patrimonial. Possibilitando uma construção historiográfica da empresa enquanto Instituição, patrimônio e agente transformador de uma região, de uma sociedade submetida ao descaso pelos dirigentes governamentais.

Claro que não podemos esquecer que um empreendimento desse porte afetou de formas impactantes à população local, o próprio Rio São Francisco e seu ecossistema com os reassentamentos, causando nas comunidades ribeirinhas⁴ perdas de suas características históricas. Porém, vale salientar que, diante do contexto social, econômico, político e geográfico que as comunidades ribeirinhas viviam, a CHESF garantiu a elas sensível elevação no nível de qualidade de vida. (ANDRADE, 2005, p. 58).

Devido a esse empreendedorismo histórico da instituição como um todo, surgiu a necessidade de preservar a história da CHESF de forma técnica e alicerçada na ciência arquivística, de modo que, a informação é um elemento imprescindível à adequada condução de qualquer atividade. Nesse sentido, foi criado um projeto com a intenção de resguardar toda documentação histórica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, daí a importância de se criar o Centro de Documentação.

A atuação do CEDOC é volta para a guarda, controle e preservação documental de tipo histórica, administrativa, técnica, jurídica, financeira, dentre outros, que estejam formalizados como instrumento documental e gerador de informação, para a construção do conhecimento. Preservando assim, um dos seus maiores bens, sua história, construída ao longo desses anos, em que serve para auxiliar a administração da empresa, em decisões importantes, em consultas para pesquisas históricas, técnica, jurídica, no próprio setor administrativo como um todo.

⁴ Povos ribeirinhos ou comunidades ribeirinhas são aqueles que residem nas proximidades dos rios e têm a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência. Cultivam pequenos roçados para consumo próprio e também podem praticar atividades extrativistas.

3 O CDOC DA CHESF⁵

Idealizado por funcionários da empresa CHESF, o projeto de criação do CDOC ocorreu em meados de 2002. Iniciou-se, então, uma construção informal e urgente para guarda de documentação que encontrava-se em um estado total de degradação em um galpão, que funcionava como uma espécie de depósito para os funcionários armazenarem objetivos velhos, que iriam para o lixo. Isso porque nesse período, a CHESF estava sendo processada judicialmente por uma empresa, e a documentação que ela precisava para provas do processo foi encontrada nesse galpão totalmente degradada, destruída pelo descaso, por fungos, insetos e pela ação do tempo.

Imagem 2: Documentações que estavam no galpão.



Fonte: Acervo CDOC, 2002

Por consequência disso, a CHESF perdeu a ação e teve que pagar uma indenização para empresa reclamante. Dessa forma, foi encabeçado com urgência o projeto piloto para a criação do CDOC. Estavam nesse galpão cerca de 71 milhões de documentos que começaram a ser tratados, restaurados e organizados pela uma equipe técnica

⁵ As informações dispostas sobre CDOC foram coletadas por meio da análise de alguns documentos corporativos, de depoimentos orais de funcionários que participaram de seu projeto e de sua construção, além da vivência profissional da autora desse artigo, que presta serviços à instituição.

contratada para gestão documental, pois praticamente toda a documentação estava deteriorada.

Imagem 3: Fotos das documentações que estavam no galpão.



Fonte: Acervo CDOC, 2002

Com base nessa necessidade e junto com o projeto CDOC, segundo o MGD OC (2007, p. 7), foram criados a Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) e o Projeto de Documento de Arquivo (PDA), com o objetivo de aplicar uma metodologia de implantação de gestão do acervo documental e preservação da memória da Instituição. Neste sentido, em 4 de junho de 2004 a Diretoria Plena da Companhia Hidroelétrica do São Francisco aprovou o projeto CDOC, considerando a necessidade de institucionalizar o processo de avaliação documental, junto com a responsabilidade e o dever de garantir a proteção dos conjuntos documentais como fonte à pesquisa, à história e à defesa dos interesses da CHESF.

Em 2006, o projeto CDOC foi aprovado e lançado em execução, como também, junto com o projeto CDOC, foi lançado o Centro de Documentação Regional (CDOCR) da CHESF. O CDOC sede tem 2.800m², com a capacidade de guardar mais de 39.284 caixas box pertencentes a várias unidades organizacionais da empresa. A sua estrutura foi construída com uma moderna edificação, com base aos requisitos recomendados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Ele está criteriosamente dimensionado em área de recepção, salas para consultas, arquivo técnico, onde guarda mais de 450.000 desenhos de engenharia, processos de desapropriações, dossiês de empregados, prontuários médicos, atas de reuniões da presidência, documentações da área financeira, prestações de contas, contratos, entre outros documentos relacionados às atividades da empresa, onde estão distribuídos nos arquivos intermediário e permanente.

Sua criação tem a finalidade de executar uma política de produção, organização e preservação da massa documental das áreas meio e fim da CHESF, e dos documentos históricos. Como normatizar os procedimentos de recebimento, registro, produção, expedição, tramitação, arquivamento, avaliação, digitalização, conversão de mídias, microfilmagem, plotagem de documentos, consulta e empréstimo do acervo documental. O CDOC também guarda o acervo em suas fases intermediárias e permanentes, além do acervo histórico e confidencial, constituído por fotografias, mapas, slides, cromos, negativos, filmes, processos judiciais, entre outros documentos.

Imagem 4: Fotos das documentações com a nova estrutura CDOC sede – Acervo Intermediário⁶.



Fonte: Fotografia registrada pela pesquisadora Tatiana Moura, 2017

⁶ Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, ainda vigentes para efeitos administrativos e legais, de uso pouco frequente, que aguarda destinação final. (JARDIM, 1992).

Imagem 5: Arquivo Permanente



Fonte: fotografia realizada pela pesquisadora Tatiana Moura, 2017

Para o CDOC, toda documentação produzida no processo de uma organização, faz parte de sua memória institucional por estar relacionada a sua trajetória, como: uma nota fiscal, ata de reunião, um parecer na tomada de decisão da diretoria, pois segundo relataram os engenheiros, administradores, advogados, secretários e presidentes, com anos de trabalhos para empresa, toda documentação pode ganhar um significado importante. Inclusive, pode até salvar a CHESF em algum processo judicial ou em uma auditoria jurídica, por ser a CHESF, uma instituição de grande porte nacional.

Na pesquisa constatamos que a Chesf dispõe de uma complexa divisão orgânica, divide-se em diretoria, departamentos e divisões. Ou seja, ela possui setores que produzem massa documental das mais variadas séries⁷. Isso expressa que todos os órgãos produzem documentos dos mais diversos, desde uma Correspondência Interna (CI) a um dossiê de empregado, prontuário médico, processo de ação de desapropriação, ata de reunião com a presidência (chamado de ata de reunião da diretoria plena), desenhos técnicos relacionados às construções das usinas e subestações, entre outros.

⁷ Por série documental, compreendemos os documentos que possuem a mesma procedência e foram desenvolvidos no âmbito de uma mesma função (MENDO, 2004. pp. 36-47).

Diante disso, o CDOC tem a função de receber essa documentação e realizar os procedimentos para seu trato e guarda de acordo com a Tabela de Temporalidade, orientada pelo CONARQ, mas adaptada à CHESF. E em conjunto com o CPAD⁸ são estabelecidos os procedimentos que são seguidos criteriosamente para que essa documentação seja deliberadamente conservada e acondicionada (imagem 6).

Imagem 6: Sala de conversão de multimídia.



Fonte: fotografia realizada pela pesquisadora Tatiana Moura, 2017

Atualmente, o CDOC conta com um arquivista, um administrador, cinco técnicos de microfilmagem e digitalização, uma equipe terceirizada – composta por uma historiadora (que cursa uma especialização em arquivos e patrimônio) e três auxiliares em arquivos, contratados para o processamento arquivístico dos documentos (classificação, organização e guarda).

⁸ Compete ao CPAD, observar as disposições constantes das legislações pertinentes ao assunto, em especial, a Lei nº 8.159 de 08/01/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, decreto nº 4.073 de 03/01/2002, que regulamenta a Lei nº 8.159 de 08/01/1991 e a resolução nº 7 de 20/05/1997 do CONARQ, durante os movimentos de atualizações da Tabela de Temporalidade Documental (TTD).

4 ATIVIDADES REALIZADAS NO CDOC

O funcionamento diário do CDOC ocorre da seguinte maneira. As documentações dos órgãos e departamento são enviadas para ele, junto com um formulário denominado Remessa Documental (RD), da qual essa RD consta a descrição dos itens enviados pelo departamento.

São transferidos para o CDOC apenas documentos de arquivo recebidos ou produzidos pela CHESF, em decorrência do exercício de suas atividades e independentemente de qualquer que seja o suporte. De acordo com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade Documental, a transferência será somente de documentos originais, excetos os casos, cujos originais tiverem desaparecido, e os expedidos, aos quais só existem cópias.

Em caso de grandes volumes realiza-se visita prévia ao solicitante/órgão para conhecer a documentação e o volume a ser transferido, orientando o solicitante/órgão quanto à forma de envio. Caso o documento ou lote não venha acompanhado da RD, deverá ser devolvido ao solicitante/órgão informando a causa e orientando quanto ao recebimento da RD. A recepção registra em planilha o recebimento das RD's antes de enviar para conferência, o auxiliar técnico recebe essa documentação, o arquivista e a historiadora examina.

Ou seja, faz a classificação dessa documentação. O auxiliar técnico faz todo trato documental, higieniza, confere o documento, acondiciona em caixas box, até restaurar se houver necessidade, depois envia-o para seu devido acondicionamento no Arquivo Técnico (imagem 7), Permanente ou Intermediário, onde aguardará seu ciclo de vida vigente, e após sua vigência de guarda, será feito seu descarte legal, de acordo com tabelado CONARQ.

Imagem 7: Arquivo Técnico



Fonte: Fotografia realizada pela pesquisadora Tatiana Moura, 2017

Alguns documentos do CDOC devem ser preservados permanentemente, porque comprovam ações que possuem efeitos informativos, probatórios ou jurídicos, como os documentos de desapropriação de imóveis, escrituras de imóveis e ações judiciais. A perda ou eliminação dessa documentação podem causar grandes danos para a instituição, como já ocorreu. Já outros documentos cumprem seu ciclo de vida necessário ao tempo determinado pela Tabela de Temporalidade Documental e ao prescreverem, a documentação é eliminada, para não dificultar o acesso de outros conjuntos documentais.

O CDOC também vem desenvolvendo em suas atividades o Gerenciamento Eletrônico Documental (GED)⁹, cujas ferramentas servem de suporte de trabalho para facilitar as atividades de organização, visando o aperfeiçoamento e a qualidade da informação e controle documental. Diante disso, destacamos que “o Gerenciamento Eletrônico de Documentos ou Gestão Eletrônica de Documentos - GED é usado como uma ferramenta para gerir informações e documentos digitais ou digitalizados, visando armazenar e disponibilizar toda a massa documental, em qualquer formato ou suporte.” (ANDRADE, 2002).

⁹ Gerenciamento Eletrônico Documental significa um conjunto de tecnologias usado para organizar a informação não estruturada de um órgão ou instituição, que pode ser dividida nas seguintes funcionalidades: captura, gerenciamento, armazenamento e distribuição (CONARQ, 2006, p. 6).

Segundo Fantini (2001, p. 35), o gerenciamento permite “capturar, recuperar e transmitir documentos contendo todos os tipos de informação, tais como: manuscritas, criadas por computador, diagramas, fotografias, desenhos de engenharia e impressões digitais”. Neste sentido, Andrade (2002, p. 2) enfatiza as vantagens do GED: “a implantação de um sistema eletrônico de informações oferece oportunidades para a organização agregar valor a seus bens e produtos, possibilitando vantagens competitivas”. Entendimento este também compartilhado por Starbird e Vilhauer (1997, p. 88), por ressaltarem que “o gerenciamento eletrônico de documentos pode otimizar, automatizar e acelerar tarefas de processamento da informação em numerosas aplicações”.

Com a tecnologia que se atualiza constantemente, a obsolescência das mídias exige que o GED permita a adequação às mudanças dos formatos digitais, bem como, adaptação ou migração entre sistemas e atualizações possíveis. Para Koch(1997, p. 55), a “constante evolução das mídias implica em futuras migrações entre estas para assegurar que o acervo continue legível”. Diante dessas desvantagens, surge ainda mais uma questão, e provavelmente, a mais importante a ser observada pelas instituições na hora da escolha do *software* de gerenciamento eletrônico de documentos. A questão é concernente à capacidade de gerenciar durante todo o ciclo de vida dos documentos e preservar os metadados das informações contidas nos arquivos digitais.

Sendo assim, o CDOC utiliza o GED para gerenciar parte de seu acervo, considerando que, se todo o acervo adotasse o GED, exigiria um desdobramento funcional, analítico e tecnológico para gerenciar com excelência toda a massa documental existente. O GED é utilizado por um acervo documental de fase corrente, e, ao ser analisada, observou-se que a documentação faz parte de um conjunto documental que ao ser classificado, pode receber o código de guarda permanente.

Este acervo pertence à Diretoria Financeira, onde é constante a sua consulta por ela mesma e pelo Departamento Jurídico e Auditoria. Assim, por conta da grande frequência de consultas, a equipe CDOC desenvolveu e implantou o sistema GED. Nesse processo é realizado o tratamento da documentação (higienização, conferência e organização) e posteriormente a isso, ocorre à digitalização, para em seguida serem

realizadas a edição e a indexação¹⁰. Quando os processos estiverem concluídos, serão disponibilizados no *software* da empresa chamado *SharePoint* (biblioteca virtual acessível para toda instituição), e assim quando necessitam desta documentação é realizada a consulta nesse *software* ao qual armazena outras tipologias documentais.

No mais, as atividades que CDOC realiza, transcorre por todo o universo arquivístico com grande complexidade, pois não há uma única forma de organização dos documentos, na medida em que tudo depende das tipologias documentais e da temporalidade. Diante disso, ressaltamos que atualmente, um dos grandes dilemas enfrentado cotidianamente por muitas organizações é lidar com o grande fluxo de informações geradas no ambiente organizacional. Além disso, outro aspecto inquietante é a realização do descarte dessa documentação, levando os profissionais das áreas de Gestão Documental ter um grande desafio: criar mecanismos que permitam o rápido acesso, um descarte seguro e necessário e uma excelência na utilização das informações registradas em suportes físicos ou digitais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi analisar as atividades desenvolvidas pelo CDOC, que propõe uma política de controle, organização e preservação da massa documental nas áreas meio e fim, como também a preservação dos acervos históricos. Neste sentido, para uma maior inteligibilidade da temática, historicizamos a atuação da CHESF e os seus impactos no Nordeste do ponto de vista econômico, político e social.

Se por um lado esse pioneirismo ressoou de forma negativa na população local, no próprio Rio São Francisco e no seu ecossistema. Por outro, diante do contexto social, econômico, político e geográfico que as comunidades ribeiras viviam, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco garantiu uma sensível elevação no nível de vida. E conforme a instituição vai construindo sua história no cenário brasileiro e internacional, resulta a necessidade de preservar a sua história, compreendendo que a informação é um elemento imprescindível à preservação e manutenção de qualquer atividade institucional.

¹⁰ A indexação é transcrever para linguagem documental os conceitos depois de terem sido extraídos dos documentos por meio de uma análise dos mesmos, permitindo uma pesquisa eficaz das informações contidas no acervo documental (BRASIL, 2005); (MENDO, 2004).

Nesse sentido, o projeto CDOC tem intenção de resguardar toda documentação histórica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, como um Centro de Documentação. Dessa forma, a finalidade é de guarda, controle e preservação documental de tipo histórica, administrativa, técnica, jurídica e financeira. Tudo isso de modo que estejam formalizados como instrumento documental e gerador de informação, para a construção do conhecimento.

Utilizando o Gerenciamento Eletrônico, o CDOC avança em termos tecnológicos, mas nem todo o acervo é gerenciado pelo GED. Uns não são necessários e outros faltam recursos para serem implantados, considerando que, se todo o acervo adotasse o GED, exigiria um desdobramento funcional, analítico e tecnológico para gerenciar com excelência toda a massa documental existente. Sendo assim, o CDOC vai aos poucos avançando, procurando atender com competência a gestão documental, enfrentando desafios, errando e acertando. Porém, sempre preocupado com a preservação e o controle dessa informação, como instrumento histórico e patrimonial da instituição CHESF.

The archive and the information as patrimony: an analysis about relevance of the CHESF documentation center.

Abstract

This work aims to analyze how the archive and the information can be conceived as relevant assets, having as the guiding thread of our reflections the importance of the emergence and actuation of the Documentation Center (CEDOC) of the São Francisco Hydroelectric Company (CHESF). It is a Brazilian governmental body whose history is directly associated to the development of the country, more specifically of the Northeast region. In this sense, CEDOC has been responsible for preserving, safeguarding and controlling information and archiving in its many dimensions, since its documentary collections are considered as important assets for the history, memory and institutional functioning. During the bibliographic research and data collection in the field, we investigated the organizational work of this organ in the middle and end areas, highlighting its activities.

Keywords: *Patrimony. History. CHESF. Files.*

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcos Vinícius. **Gerenciamento Eletrônico da informação:** ferramenta para gerência eficiente dos processos de trabalho. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Recife, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste:** contribuição ao estudo da questão no Nordeste. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CHESF. **Manual de organização da CHESF**. Recife: CHESF, 2017.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

FANTINI, Sergio Rubens. **Aplicação do gerenciamento eletrônico de documentos: estudo de caso de escolha de soluções**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2001.

GONZAGA, Luiz e DANTAS, Zé. **Luiz Gonzaga Canta Seus Sucessos com Zé Dantas: Paulo Afonso, música: ano1955**.

JUCÁ, Joselice. **CHESF – 35 anos de história**. Recife, CHESF, 1982.

KOCH, Walter. **Gerenciamento eletrônico de documentos: conceitos, tecnologias e considerações gerais**. São Paulo: CENADEM, 1997.

KRAISH, Adriana. M. P. O. **O Patrimônio Arqueológico como elemento do patrimônio cultural**. In: ANPUH, 2007.

LINS, Rachel Caldas. Uma aproximação hidrográfica com as perspectivas energéticas do Nordeste. **Estudos Universitários: Revista da Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, v.13, n.41-69, out.-dez.1973.

MENDO Carmona, Concepción. Consideraciones sobre el método em Archivística. In: **Documenta & Instrumenta**, nº 1. 2004. p. 36-47.

NASCIMENTO, Luiz Fernando Motta. **Paulo Afonso, Luz e Força Movendo o Nordeste**. Empresa gráfica da Bahia, 1998.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 2006, v.26, nº 51, p. 115-140.

PORAT, Marc. **The information Economy: definition and measurement**. Washington, D.C.: US Department of Commerce, Office Telecommunications, 1977.

STARBIRD, Robert; VILHAUER, Gerald. **Como tomar a decisão de implantar a tecnologia do Gerenciamento Eletrônico de Documentos: tudo o que você precisa saber para decidir corretamente**. 1ª ed. CENADEM: São Paulo, 158 p., 1997.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.